

O lado sombrio da Base de Alcântara

Alta tecnologia do Centro de Lançamentos convive com miséria, misticismo e segregação racial

GILBERTO DE SOUZA
ENVIADO ESPECIAL

SÃO LUÍS – As 312 famílias de moradores nas vilas construídas no entorno do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) vivem segregadas em uma rotina de fome. E resignação. No quadrilátero de 62 mil hectares – um perímetro equivalente à metade do Município do Rio de Janeiro – ocupado pela base, há um drama que perdura por duas décadas.

Coordenador do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MAB) – que reúne as famílias expulsas de suas casas quando o Centro de Lançamen-

to foi instalado – Inaldo Faustino Silva Diniz lidera um grupo de 2 mil quilombolas. No quintal do laboratório que concentra um dos maiores avanços tecnológicos do país, descendentes de escravos continuam a sina dos antepassados.

– O movimento surgiu há quatro anos. A gente não agüenta mais viver humilhado aqui neste lugar. Mas só uns 10% são alfabetizados. A grande maioria está mais preocupada mesmo é em sobreviver. Muitas vezes minha mulher me pergunta por que eu deixo a casa, com fome, para fazer serviço comunitário. Digo que é preciso, só isso – justifica-se o líder.

Inaldo convive, há 20 anos, com a certeza de que não terá o que comer no dia seguinte se não cobrir 22 quilômetros a pé, até o mar, para buscar um peixe. Ou chegar a Alcântara, distante outros 20 quilômetros, na casa de alguém – militar ou “fogueteiro”, como eles chamam os técnicos do CLA – para garantir o almoço num biscate.

À noite, vai dormir com o estômago colado às costas. Enquanto isso, a mulher, Helena, e as duas crianças menores tentam driblar a dura realidade nas cenas da novela das oito, vidradas no pequeno aparelho de TV em preto e branco, que enfeitada a sala da casa de dois cô-

modos. O chão é de terra batida e as telhas, de zinco aparente.

– Por mim, eu ficava sem televisão e geladeira, que só tem água dentro, casa de tijolo e tudo mais, se pudesse ter de volta o rancho perto da praia. Antes de chegar a Base, a gente comia peixe bom, dançava nas festas de São Benedito com a luz da lua e das fogueiras, caçava bicho e catava fruta no mato. Meus filhos não sabem o que é isso. Só conhecem a miséria. Minha família não passava necessidade e tinha sempre um cafezinho – desculpou-se Inaldo, por não ter nada para as visitas.

O líder dos atingidos pela

Base mora na Agrovila da Espera. É um dos cinco assentamentos construídos pela Aeronáutica, no início dos anos 80, assim que chegou a ordem do presidente José Sarney para instalar o sonho brasileiro de conquistar o espaço, naquele “mundão de terra”, como Inaldo qualifica o território do CLA.

Nenhum nome espelha melhor o lugar onde ele e a família de oito filhos mantêm-se vivos, enquanto aguardam que o governo – qualquer governo, seja municipal, estadual ou federal – resolva perceber que ali acontece uma tragédia. O extermínio é lento e, ao longo dos anos, já matou mais brasileiros do

que o acidente ocorrido no dia 22, quando morreram 21 técnicos no incêndio que destruiu o Veículo Lançador de Satélites 1 (VLS-1).

– Eu já soube de mais do que o dobro desse tanto de gente que faleceu por falta de comida, nesse inferno onde colocaram o nosso povo. Criança aqui morre de fome. Morre quietinha, sem força nem pra chorar – relata Inaldo, sem um traço sequer de raívor, mas com a tristeza estampada no rosto marcado por 43 anos de idade, sob o sol equatorial que queima a terra e seca as lágrimas. “Aqui onde a gente vive, só nasce tiririca e babaçu”, conta.

Quilombolas e barões

Não havia cercas ou terras demarcadas na Vila de Alcântara, desde que os antigos nobres portugueses deixaram o lugar para viver na Corte. Aquelas terras receberam os jesuítas da Companhia de Jesus, com suas fábricas de anil e farinha, em 1760. E os expulsou em 1777, para receber o algodão, no breve período em que os Estados Unidos viviam a Guerra da Secessão. Em seguida veio a cana-de-açúcar, que desapareceu nos idos de 1868.

Desde aquela data até o começo dos anos 80, os descendentes dos escravos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão trazidos da costa africana do Benim, Angola e Benguela, ocuparam as terras e tomaram os nomes de seus antigos proprietários. Gomes de Castro, Silva Diniz, Franco Sá, o barão de Pindaré, e Viveiros Sobrinho, o barão de São Bento, entre outros, batizam joões, josés e antônios no povoado que, hoje, é formado por uma população eminentemente negra.

Há um relatório sobre a questão, formulado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, professor do curso de doutorado em antropologia da Universidade Federal Fluminense e perito da Procura-

doria Geral da República na identidade étnica dos moradores de Alcântara. É sombria a conclusão do professor.

– Diminuíram em 45% a produção de farinha do povoado. Com isso ampliaram a fome e desequilibraram o frágil ecossistema local, com a transferência de grandes quantidades de famílias para locais inóspitos. Aquela população é vítima de uma decisão colonialista do governo, planejada durante o período da ditadura militar e levada a cabo em plena vigência democrática. Aquela sociedade retrata o quadro de segregação da sociedade brasileira – afirma o antropólogo.

Antes da chegada da Base, os mais de 300 povoados existentes na região viviam do extrativismo, da pesca e do roçado, em grandes áreas de terras. A demarcação da área de 62 mil hectares expulsou, em 1986, 312 famílias. Outros 268 núcleos familiares correm o risco de serem removidos nos próximos meses, caso siga adiante o tratado aprovado na Câmara dos Deputados, na quinta-feira, que permitirá a utilização do CLA para o lançamento de satélites da Ucrânia. O contrato está no Senado para análise. A senadora Roseana Sarney é a relatora do documento. (G.S.)



Gilberto de Souza



OSOL da manhã invade o pelourinho, no Centro de Alcântara, onde os antepassados da família Diniz (ao lado) eram torturados pelos nobres portugueses, há 200 anos

Fogueteiros explodem corações

As meninas de Alcântara não ligam mais para os rapazes de lá. Eles são geralmente negros e a estatura não passa de 1,70m. Seus olhares vão além das cercas guardadas pela Aeronáutica, quilômetros adiante, para os técnicos brancos e altos vindos do Sul. A Teoria da Evolução, de Darwin, é colocada à prova entre os 22 mil habitantes do lugar.

Dono do Bar Cantaria, Alvaro Brito nasceu no município, mas já viajou pelo Brasil e diz conhecer bem os desvãos da vida. “Mas o que essas meninas fazem com os rapazes nativos é de cortar o coração.”

– Aqui, para ter prestígio, tem que vir de fora. E os rapazes precisam sair daqui, para arrumar uma namorada. Só os fogueteiros têm vez. Eles chegam aqui com dinheiro, alugam carros bonitos e as moças se entregam por um sorvete, um passeio no automóvel. Depois eles vão embora e ficam os descendentes. Filhos de fogueteiros, aqui em Alcântara, eu conheço mais de 15 – afirma Brito. Ele jura que jamais cometeria a indiscrição de apontar um deles, mas não esconde a indignação.

O fato é explicado pela professora Maristela de Paula Andrade, diretora da Associação Brasileira de Antropologia. Ela acusa o governo de promover uma “limpeza étnica” na região.

– As famílias desalojadas de seu habitat pela instalação do Centro de Lançamento não são proprietárias dos lotes onde estão assentadas. À medida que vão morrendo, seus descendentes são obrigados a buscar novas moradias. Gradativamente, estas terras vão se esvaziando – explica a professora. Assim, a busca das moças de Alcântara por uma chance de deixar para trás a insegurança da miséria torna os homens da Base uma opção válida, um ideal de mudança de vida.

A intervenção da Base na vida dos moradores do lugar, inclusive, vai além dos folguedos e namoros de seus técnicos com as meninas nativas. Até para rezar por seus mortos, os habitantes dos povoados locais são obrigados a pedir permissão aos militares da Aeronáutica.

– Há um cemitério quilombola na área da Base. No Dia de Finados, para levar flores aos seus mortos, as famílias precisam pedir um crachá aos militares. Eles se sentem, todo o tempo, excluídos em sua própria terra – afirma a professora.

18
io-
de
es-
ili-
ura
va-
no
ara
ub-
dos
nia
e-se
me-
or-
ge-
re-
nde
s. É
ncia

aro
do
de